



**ACÓRDÃO Nº186/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11379/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Maria Adriana Moreira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ernani de Barros Gomes Filho – OAB/AM 973.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 572/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, referente ao exercício de 2018, sob responsabilidade da **Sra. Maria Adriana Moreira**, Gestora e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do art. 19, II, c/c o art. 22, III, “b”, da Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 11, III, “a”, item 3, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas e restrições não sanadas constantes da fundamentação do Relatório/Voto;
- 10.2. **Considerar em Alcance** a **Sra. Maria Adriana Moreira**, Gestora e Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, exercício de 2018, no valor de **R\$ 934.697,26** (novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), nos termos do art. 304, I, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, pela ausência de comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos, por meio do efetivo controle sobre os deslocamentos e sobre o consumo de combustível, em cumprimento aos princípios do interesse público e da eficiência, de acordo com o item 11, da fundamentação do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável



**ACÓRDÃO Nº186/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o órgão Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM.

- 10.3. Aplicar Multa a Sra. Maria Adriana Moreira**, Gestora e Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, exercício de 2018, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme o art. 54, I, “a”, da Lei n.º 2.4231/996, com redação dada pela LC n.º 204/2020, c/c o art. 308, I, “a”, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, por cada mês de atraso (janeiro a dezembro/2018) na inserção de dados no Sistema e-Contas, totalizando o montante de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), de acordo com o item 8 da fundamentação do Relatório/Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.4. Aplicar Multa a Sra. Maria Adriana Moreira**, Gestora e Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de Tefé, exercício de 2018, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2.423/1996 com redação dada pela LC n.º 204/2020, c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 4/2018 – TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 10 e 11, da fundamentação do Relatório/Voto, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício



**ACÓRDÃO Nº186/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Recomendar** ao Fundo Municipal de Saúde / Tefé-AM que:

**10.5.1.** Reforce o controle de almoxarifado, em cumprimento ao princípio da eficiência (Art. 37 da CF/88) e aos arts. 94, 95, 96, da Lei n.º 4.320/64 (item 9, da fundamentação do Relatório/Voto);

**10.5.2.** Atente para as disposições contidas na legislação vigente quando da realização de terceirizações voltadas para o atendimento de demandas do serviço público de saúde, especialmente ao que dispõe a Constituição Federal, Lei n.º 8.666/1993 e Lei n.º 8.080/1990, ressaltando que o concurso público é a regra geral para contratação de servidores e que a terceirização deve ocorrer de forma complementar, e não permanente (item 10, da fundamentação do Relatório/Voto).

**10.6. Determinar** à próxima comissão de inspeção que verifique se vem sendo realizado o rigoroso controle de almoxarifado, em cumprimento ao princípio da eficiência (Art. 37 da CF/88) e aos arts. 94, 95, 96, da Lei n.º 4.320/64 (item 9 da fundamentação do Relatório/Voto).

**11- Ata:** 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 9 de Março de 2021.



**ACÓRDÃO Nº186/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**

Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral